

Para baratear bilhetes, taxar transporte individual e verba extra

RENATA GALDINO
rgaldino@hojeemdia.com.br

Taxar o transporte individual e tornar mais caro o serviço prestado por aplicativos, receitas das prefeituras e recursos da exploração de estacionamentos públicos e privados. Essas são algumas apostas de representantes do setor para aliviar o bolso dos passageiros em todo o país.

“Seria uma boa medida se mudássemos a política tarifária adotada no Brasil, criando a subvenção. Assim, estaremos fazendo o que o resto do mundo faz. Onde tem transporte público de qualidade, a tarifa é paga por todas as pessoas que usam e as que não usam o sistema”, frisa Otávio Cunha, presidente-executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU).

EM DEBATE
As alternativas para redução do preço dos bilhetes no país pautaram audiência pública no Senado, em

FOTOS LUCAS PRATES



ALTERNATIVA – Especialistas e pessoas ligadas ao setor defendem subsídio público para aliviar o bolso dos usuários do sistema de transporte coletivo

setembro passado. Entre as propostas apresentadas, recursos extra-tarifários. A verba, segundo os participantes, viria de um fundo específico ou de desoneração tributária para o setor.

Questionada pelo Hoje em Dia sobre subsídios para o transporte coletivo, a Prefeitura de BH não se manifestou.

MAIS CARO
Ainda durante os debates no Senado, encarecer o transporte individual foi apontado como estímulo para crescer a demanda pelo transporte coletivo. Como consequência, destaca Otávio Cunha, o valor diminuiria consideravelmente. “Aí sim teremos um serviço de qualidade”.

Na reunião, técnico de

Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos Henrique de Carvalho disse que os bilhetes poderiam ficar 30% mais em conta se a gasolina fosse taxada em R\$ 0,10 e aumentasse 10% e 9%, respectivamente, os impostos sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Territorial Urbano (IPTU).

▶ OTÁVIO CUNHA

“BELO HORIZONTE É UMA DAS TRÊS CIDADES BRASILEIRAS QUE TÊM MELHOR SERVIÇO DE TRANSPORTE NO PAÍS”

Por que as tarifas dos coletivos são tão caras no país?
Elas estão caras para quem paga e insuficientes para remunerar um serviço melhor, de boa qualidade, para as empresas, porque os investimentos em infraestrutura para dar prioridade ao transporte público não foram feitos nos últimos 20 anos. Por isso há uma queda de demanda, o ônibus deixou de ser atrativo para as pessoas e isso tem encarecido o preço das passagens no país. O ideal seria trazer de volta os passageiros que deixaram de utilizar o transporte público e permitir a redução dos preços das tarifas pagas.

Que avaliação o senhor faz sobre os preços cobrados em BH?
Existem passagens no Brasil mais caras do que em Belo Horizonte. Em São Paulo, por exemplo, o usuário paga R\$ 4,40, mas o que empresários recebem como remuneração pelo serviço prestado é R\$ 7,26, porque lá tem o subsídio. Em Brasília, o valor da tarifa de remuneração do serviço é de R\$ 5,25. No caso da capital mineira, se houvesse subsídio, com certeza as passagens seriam mais baratas. Agora, é preciso levar em consideração que Belo Horizonte é uma das três cidades brasileiras que têm melhor serviço de transporte no país, ao lado de Curitiba e São Paulo. Quando você tem um transporte de melhor qualidade, este tem um custo mais elevado.

Presidente-executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU)



Em administração pública não basta ser honesto. É preciso prová-lo

MANOEL HYGINO
mhygino@hojeemdia.com.br

A VACA E O BREJO

Leio o noticiário do dia 6 quando me chegou às mãos. Um buraco de um metro de diâmetro na pista da rodovia 122 está causando danos e perigo a motoristas que trafegam pela região. O texto é suficientemente claro:

O caso foi notificado pela própria Polícia Rodoviária Estadual e, o mais grave, é que a cratera fica tomada pelas águas, impedindo a visibilidade dos motoristas. O mesmo problema foi registrado em 2010, quando a estrada ficou intransitável, com vários buracos. A pista do referido trecho foi construída em 1980 e, portanto, tem 40 anos. Passou apenas por reparos.

O relato partiu das próprias autoridades, o que demonstra a gravidade da situação, pois vítimas, algumas fatais, poderão resultar de um problema histórico, a que não se dá a devida atenção. E não é apenas lá. O sistema rodoviário nacional, como um todo, é extremamente precário, sem despertar o interesse do poder público e, se interessa, não faz a recuperação imprescindível.

Os rombos do orçamento são divulgados tão plenamente quanto possível, assim como as informações sobre aqueles outros que advêm dos desvios de recursos, de que a operação Lava-Jato oferece somente sintomas. Há muito mais dinheiro para fins e organizações criminosas!

Tudo, sem embargo, não impressiona num país em que o ministro da Educação escreve o verbo “impressionar”, usando “c” em comunicado ao chefe da nação.

As investigações sobre desencaminhamento de dinheiro dos brasileiros como um todo, não de apenas alguns, são inúmeras e intermináveis. Há pouco, a Greenfield denunciou 29 ex-executivos de fundos de pensões – Petrobras, Funcef e Valia por gestão temerária na aprovação de investimentos e participações. A força-tarefa respectiva pediu a condenação e a reparação de R\$ 16 bilhões. Para o MP, entre 2011 e 2016, os responsáveis pelos fundos ignoraram os riscos dos investimentos, as diretrizes do mercado e os próprios regimentos internos, sem realizarem estudos sobre os aportes.

Mais uma vez, a vaca afundou no brejo e os brasileiros foram com ela.

Há algo pior. O novo chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais do Ministério da Economia, promovido há pouquíssimos dias, está inserido na lista de denunciados na operação, embora ele já se tenha defendido, explicando que suas atividades se cumpriram como membro do conselho do Funcef e em consonância com a lei. Mesmo assim, terá de provar que sua atuação foi rigorosamente legal. Em administração pública não basta ser honesto. É preciso prová-lo.

Ainda no final de dezembro, o ministro Dias Toffoli, presidente do STF, impediu que o governo de Minas Gerais sofresse um rombo de R\$ 78 milhões em suas contas. Restrições teriam sido impostas a MG em razão do descumprimento do mínimo de 12% do orçamento em saúde em 2018, como fixado na Carta Magna.

São fatos e circunstâncias de que o público na maioria das vezes, sequer tem conhecimento.

* Jornalista, escritor e membro da Academia Mineira de Letras



“É um absurdo (o preço da passagem). A malha viária daqui é muito ruim e a infraestrutura dos coletivos deixa a desejar”

LUCAS CAMPOS



“O transporte público é um direito universal e deveria ser gratuito. Poderiam, ao menos, implantar o passe semanal”

PEDRO FERREIRA

Edital de Leilão
Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha-AMEJE
Edital de Leilão 01/2020—Leiloeiro **Lucas Rafael Antunes Moreira**, JUCEMG 637, torna público que levará a leilão online através do site www.lucasleiloeiro.com.br, em 29/01/2020 a partir das 10:00 horas, seus bens inservíveis: máquinas. Locais de Visitação: Diversos conforme edital do leilão. Dias de Visitação: 27/01/2020 a 29/01/2020, no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.lucasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2218.

Edital de Leilão
Prefeitura Municipal de Minduri
Edital de Leilão 001/2020- P.001/2020—Leiloeiro **Jonas Gabriel Antunes Moreira**, JUCEMG 638, torna público que levará a leilão simultâneo em 04/03/2020, às 13:00 horas, Salão da Escola Municipal Durval Souza Furtado- Rua Rio Grande do Sul, nº 150, Centro, Minduri/MG, seus bens inservíveis, veículos, máquinas e diversos. Local de visitação: Galpão da Prefeitura- Rua Penha, nº 99, Vila Vassalo, Minduri/MG. Dias de visitação: 17/02/2020 a 04/03/2020 no horário de 08:00 às 11:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.jonasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3402-2001.

COMUNICADO
A Construtora Novolar Ltda. representada por Alexandre Araújo Elias Veiga torna público que irá protocolar na Secretaria Municipal de Política Urbana requerimento para análise de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV do Empreendimento **Residencial Operário Silva**, a ser implantado à Rua São Dimas com Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, s/nº, bairro São Gabriel – Belo Horizonte, em conformidade com a Lei nº 11.181/19 e com o Decreto nº 14.594/11. O referido EIV está disponível na Diretoria de Análise de Licenciamentos Urbanísticos Especiais - DALU, situada na Avenida Álvares Cabral, nº 217, 13º andar, Bairro Centro e pode ser consultado mediante agendamento.